

# POLÍTICAS ESTUDANTIS DE ENGAJAMENTO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL-UFRGS<sup>1</sup>

*STUDENT ENGAGEMENT POLICIES IN HIGHER EDUCATION:  
A STUDY AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF RIO GRANDE DO SUL-UFRGS*

**Rosineia Wroenski Dall Agnol<sup>2</sup>, Fernanda Figueira Marquezan<sup>3</sup> e Zoraia Aguiar Bittencourt<sup>4</sup>**

## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo relacionar as políticas públicas no âmbito da Educação Superior ao engajamento e à permanência dos estudantes. A justificativa para esse estudo é destacar a importância das políticas públicas na construção da carreira universitária discente e seus reflexos no engajamento acadêmico. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental que abrange as principais características das políticas públicas voltadas para a permanência dos estudantes na Educação Superior, considerando como base os relatórios da Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, dos anos de 2018 e 2020. A análise dos relatórios revela que as políticas estudantis desenvolvidas pela instituição pesquisada fornecem subsídios para o acesso e a permanência dos estudantes na universidade. A pesquisa científica, a avaliação institucional, a efetividade dos investimentos e a excelência funcionam como instrumento para favorecer os avanços na aquisição do conhecimento, no processo de aprendizagem dos discentes e no engajamento acadêmico.

**Palavras-chave:** Discentes; *Engagement*; Ensino Superior; Permanência; Políticas Educacionais.

1 Estudo realizado junto ao grupo de pesquisas sobre Práticas Pedagógicas Inovadoras e *Engagement* Estudantil: uma possibilidade de mudança paradigmática na Educação Superior.

2 Graduação em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná (2015), Especialização em Psicopedagogia Institucional (2014), em Educação Infantil e Anos Iniciais (2016), Ludopedagogia (2017), Educação Especial Inclusiva (2017), em Psicopedagogia Clínica (2022), em Neuropsicopedagogia (2022), em Transtorno do Espectro Autista (2024). Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens pela (UFN/2021). Atualmente Psicopedagoga e Neuropsicopedagoga Clínica na APAE em Iraceminha/SC. Docente na Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina. Experiência na área de Psicopedagogia, Educação Especial. E-mail: r.o.s.i.n.e.i.a@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5965-1073>

3 Possui Graduação em Pedagogia Séries Iniciais pelo Centro Universitário Franciscano (UNIFRA) (1998), Mestrado em Educação pela Universidade de Passo Fundo (UPF) (2004) e Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) (2016). Atualmente é Professora Adjunta da Universidade Franciscana (UFN), docente do Curso de Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens (MEHL) e do Curso de Pedagogia. Coordenadora do Programa Residência Pedagógica - Pedagogia. Membro do Centro de Estudos em Educação Superior (PUCRS). Coordena o Projeto Interinstitucional Universidade Franciscana e Universidade Federal da Fronteira Sul sobre engajamento estudantil e prática pedagógicas inovadoras na Educação Superior. Possui experiência na área de Educação Superior, com ênfase em Formação de Professores, atuando principalmente nos seguintes temas: formação inicial e continuada de professores, políticas educacionais, gestão educacional e escolar. E-mail: [marquezanfernanda@gmail.com](mailto:marquezanfernanda@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8009-9105>

4 Doutora em Educação (PUCRS), Mestre em Educação (UFRGS), Especialista em Alfabetização (FAPA), Licenciada em Letras (FAPA). Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPGPE), do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) e do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) - Campus Erechim/RS. É Coordenadora do Grupo de Estudos em Alfabetização do Município de Erechim (GEAME). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Formação Inicial, Continuada e Alfabetização - GEPFICA (UFMS), do Grupo de Pesquisa UNIVERSITAS/RIES (PUCRS), do Grupo de Pesquisa em Educação Popular na Universidade - GRUPEPU (UFFS) e do Grupo de Pesquisa Educação Emocional - GRUPEE (UFFS). Tem experiência na Educação Básica e Superior, com ênfase em Alfabetização e Língua Portuguesa. Suas pesquisas estão direcionadas para as áreas da Alfabetização, da Educação Integral, dos Estudos da Linguagem, da Formação Docente, das Políticas Educacionais e da Educação Superior. E-mail: [zoraiabittencourt@gmail.com](mailto:zoraiabittencourt@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1290-8847>

## ABSTRACT

*The presente study aims to relate public policies within the scope of Higher Education to student egagement and retention. The justification for this study is to highlight the importance of public policies in the cosntruction os students' university careers and their impact on academic engagement. This is a qualitative research, of a bibliographic and documentar nature, which covers the main characteristics of public policies aimed at the permanence of students in Higher Education, considering as a basis the reports of the Evaluation Committee of the Universidade Federal do Rio grande do Sul, between the years 2018 and 2020. The analysis of the reports reveals the the student policies developed by researched institucion provide subsidies for acces and permanence of studentsat university. The scientific research, institucional evaluation, the effectiveness of investiments, and excellence works as an instrument to favor advances in the acquisition of knowledge, the process student learning and academic engagement.*

**Keywords:** *Students; Engagement; Higher Education; Permanence; Educational Policies.*

## INTRODUÇÃO

A revolução tecnológica presenciada nos últimos anos exige a capacidade de lidar com a produção e a transmissão de informações em velocidade extraordinária, em um processo globalizador entre os aspectos culturais, econômicos e políticos. Nesse cenário, a desconstrução e reconstrução de todos os discursos e ações já produzidos são colocados sob suspeita, inclusive a universidade, forjada à luz das referências da modernidade, uma de suas expressões mais arrematadas, com significativas rupturas.

A Educação Superior tem significativa participação na formação em diversos campos de atuação no que se refere à formação do indivíduo, de lideranças culturais e sociais, âmbito em que é vista como poderoso mecanismo de ascensão social, e à valorização para o ensino oferecido pelas universidades, agente direto no processo de transformação da educação no Brasil.

Como etapa educacional posterior à Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), a Educação Superior tem como objetivo ajudar na captação, no aprimoramento de conhecimentos e habilidades, dando a conhecer uma área de estudos para futuramente exercer uma profissão. Tal formação é ofertada em universidades, faculdades, institutos politécnicos, escolas superiores ou outras instituições que conferem graus acadêmicos ou diplomas profissionais, sendo mantidas pelo poder público.

Pensar uma educação pelo viés da contemporaneidade exige das universidades o desenvolvimento de algumas competências, como o maior comprometimento com o ensino, com a pesquisa e a extensão, enquanto lugar de produção, sistematização e disseminação do conhecimento, mediadora da cidadania e da democracia. Leva-se em consideração os contextos emergentes da atual sociedade capitalista, a presença das tecnologias digitais e a promoção de uma educação global, na qual desenvolvem a necessidade de atitudes de envolvimento dos estudantes, compreendida por características acadêmicas de experiências de aprendizagem proativa.

Tais particularidades, conforme Zabalza (2017), estão ligadas ao conceito de “*engagement*” (engajamento), cuja perspectiva na área acadêmica visa obter dados, qualificar a aprendizagem e a aderência aos estudos, à maior eficiência na qualidade de vivências dos estudantes durante a construção da carreira universitária. Martins e Ribeiro (2017) contribuem dizendo que o engajamento está diretamente relacionado com a aprendizagem, pois o envolvimento é um bom indicador da eficácia e da qualidade dos processos de aprendizagem, além de englobar uma área multidimensional.

Em auxílio a tal proposta, com o intuito de atender a essa demanda, as universidades desenvolvem políticas a fim de contribuir com o acesso, a permanência e a conclusão com êxito dos estudantes, ou seja, na promoção ao engajamento estudantil durante o período de estudos na Educação Superior.

No âmbito das políticas educacionais, estas são entendidas como políticas sociais, compostas por planos, diretrizes e estratégias, promovidas em um ambiente político, visando desenvolver determinadas ações do Estado para áreas específicas (Durlin, 2008). Como principais marcos normativos de políticas na educação, tem-se a construção dos planos de ação por meio do Plano Nacional de Educação (PNE), da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996 (Brasil, 1996) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018).

Nesse sentido, o presente estudo tem a seguinte problemática inicial: Qual a relação das políticas públicas no âmbito da Educação Superior com o engajamento e a permanência dos estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul? Objetiva-se trazer ao leitor o levantamento das principais ações colocadas em prática por meio de algumas políticas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a sua relação junto ao engajamento discente e à permanência na Educação Superior.

Tal discussão tem como âncoras os principais conceitos direcionados ao Engajamento e Políticas Públicas, bem como a análise das Políticas Acadêmicas da UFRGS citadas nos Relatórios da Comissão Própria de Avaliação (CPA) de 2018 a 2020, especificamente das Políticas Estudantis. O objetivo da investigação é a realização de um entrelaçamento entre a teoria, apresentada por autores, como Coates (2005), Durlin (2008), Kuh e Hu (2001), Kuh (2005), Zabalza (2017), no que se refere aos conceitos supracitados, e a prática, por meio das avaliações realizadas pela universidade.

Com relação à organização da pesquisa, apresenta-se inicialmente a introdução, em que consta a contextualização do tema estudado, detalhando a metodologia, de forma a explicar como foi realizada a seleção e a análise dos documentos. Na seção seguinte, discutem-se as Políticas Públicas na Educação Superior com vistas ao envolvimento acadêmico, destacando as principais políticas desenvolvidas no âmbito nacional e o que alguns autores escrevem sobre estas.

Após, são apresentadas as principais informações trazidas pelos Relatórios da CPA, as ações que contribuem para o engajamento e as estratégias desenvolvidas com vistas à promoção das aprendizagens discentes. Por fim, nas conclusões, expõem-se as políticas públicas em sua articulação com o engajamento e a permanência dos estudantes, a partir da análise dos Relatórios da CPA da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Esta pesquisa foi desenvolvida junto a um Grupo de Estudos, cujo ponto principal está na discussão das Práticas Pedagógicas Inovadoras e o *Engagement* Estudantil na Educação Superior a partir da perspectiva de acadêmicos e de docentes de Cursos de Graduação da Universidade Franciscana (UFN), situada em Santa Maria/RS, e da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), câmpus Erechim/RS.

As políticas de engajamento dos estudantes na Educação Superior influenciam a trajetória acadêmica no que se refere ao sucesso nos estudos e fornecem maior clareza sobre os investimentos e critérios de avaliação como promotores de uma aprendizagem de qualidade. Com este estudo, busca-se reconhecer as principais características que promovem o engajamento no processo de aprendizagem, investigar as ações de acesso e permanência nas universidades e observar como isso interfere na rotina discente.

## METODOLOGIA

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa se caracteriza por uma abordagem qualitativa, pois estudam-se aspectos subjetivos de fenômenos sociais, considerando o contexto em que se está inserido e as características da sociedade a que se pertence. Minayo (2002) colabora ao afirmar que a pesquisa qualitativa não se preocupa em comprovar numericamente a verdade dos fatos, mas procura esclarecer por meio da experimentação empírica, as análises feitas de forma abrangente, consistente, focando na argumentação lógica das ideias, nos fatos, nos significados e na sua interpretação.

Apoiada na abordagem qualitativa, o tipo de pesquisa caracterizou-se como bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica é produzida a partir de material já elaborado, como livros e artigos científicos, com vistas a aprimorar e ampliar o conhecimento acerca da investigação científica e, desse modo, colaborar no desenvolvimento da pesquisa.

A pesquisa bibliográfica, de acordo com Lakatos e Marconi (2003, p. 183), objetiva “[...] colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas”. Esse tipo de pesquisa, para as autoras, não se caracteriza como uma mera repetição ou cópia do que já foi escrito ou dito sobre determinado assunto, mas tem o caráter de propiciar o exame de um determinado tema sob outra ótica, outro enfoque ou abordagem.

A pesquisa documental, diferentemente da pesquisa bibliográfica, caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico ou, ainda, que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa, constituindo-se em fontes primárias (Gil, 2002). O trabalho do pesquisador requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico” (Oliveira, 2007, p. 70).

Os documentos *corpus* da pesquisa foram os Relatórios da CPA da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), dos anos de 2018, 2019 e 2020, (<https://www.ufrgs.br/avaliacao>).

A escolha pelos documentos deve-se à sua relevância, uma vez que os Relatórios são instrumentos utilizados para analisar as políticas institucionais no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, avaliar processos e proporcionar melhorias para a comunidade acadêmica. Caracterizam-se como registro da reflexão coletiva da comunidade acadêmica (docentes, discentes e técnico-administrativos), bem como diagnóstico, a fim de subsidiar a definição de prioridades e possibilidades de transformação na trajetória institucional. É um processo permanente de análise das ações da Universidade, orientando a tomada de decisão da gestão para a melhoria da qualidade da instituição com vistas a retroalimentar o planejamento institucional. De modo específico, por meio da análise dos Relatórios, buscou-se identificar junto à comunidade acadêmica quais estratégias são utilizadas para a formação e o engajamento discente, bem como quais os principais impactos causados pelas políticas públicas no cumprimento dos objetivos acadêmicos e pedagógicos na universidade.

Para a análise dos dados coletados, seguiram-se as referências propostas por Bardin (2004), com base nas orientações da Análise de Conteúdo (AC), cuja organização está compreendida por três fases: 1) pré-análise: com a delimitação de quais os documentos utilizados; 2) exploração do material; 3) tratamento dos resultados: inferência e interpretação.

Assim, a pesquisa possui caráter transversal, estabelecendo a correspondência entre o nível empírico e o teórico, com a possibilidade de maior enriquecimento do estudo e das conclusões.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR COM VISTAS AO ENVOLVIMENTO ACADÊMICO**

Estar e ser diante de um mundo globalizado requer a revisão de ações, formas de pensar sobre o que está acontecendo e suas modificações. Diante disso, as Instituições de Ensino Superior (IES) têm sido fortemente impactadas, ocasionando mudanças e desafios em direção a um novo modelo de aprendizagem e experiência universitária.

As universidades públicas enfrentam a necessidade de inovar para atender sua complexidade, modernização e desenvolvimento, em um processo de metamorfose e lutas, voltado para a qualidade do ensino e da excelência da educação, à democratização da sociedade, à realização da cidadania, à melhoria de vida para seus destinatários diretos e indiretos, inclusive à preparação para o mercado de trabalho. Por isso, as iniciativas fundadas em argumentos técnicos com vista à implementação de ações devem estar articuladas em torno de um projeto político-educacional orgânico, ao contexto local das instituições, com objetivos condizentes, atingindo o que propõem as políticas públicas (Moreira, 2001). As políticas são compostas por planos, diretrizes e estratégias, promovidos em um ambiente político, visando desenvolver determinadas ações do Estado para áreas específicas, como é o caso da educação (Durlí, 2008).

Nesse sentido, algumas das principais ações do governo federal com relação às políticas públicas com o intuito de contemplar a ampliação, a interiorização e a expansão da Educação

Superior são: o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)<sup>5</sup> (Brasil, 2007), que amplia a oferta de vagas em instituições públicas; a Política de Cotas<sup>6</sup> (Brasil, 2012); o Programa Universidade para Todos (PROUNI) (Brasil, 2005)<sup>7</sup>; a ampliação da Educação a distância a partir da Universidade Aberta do Brasil (UAB)<sup>8</sup> (Brasil, 2006); o Programa de Financiamento Estudantil (FIES)<sup>9</sup> (Brasil, 2001). De acordo com Zabalza, Mentges e Vitória (2018), tais políticas refletem diretamente na qualidade da Educação Superior, em movimentos competitivos, com a permissão de agentes externos aos aspectos sociais e às realidades locais, na participação ativa por parte da população, cujas principais políticas existentes no Brasil estão citadas na sequência deste texto.

O governo federal, por meio do REUNI, busca a ampliação de vagas, a criação de novos cursos, a readequação da infraestrutura, a elevação das matrículas e o número de concluintes, bem como otimizar os recursos humanos e físicos existentes (Lima, 2013). As orientações do programa buscavam promover a reestruturação acadêmica curricular, a renovação pedagógica, a mobilidade intra e interinstitucional, o compromisso social da instituição, bem como desenvolver e aperfeiçoar os cursos de graduação (Brasil, 2009). Outro fator que obteve grande contribuição, conforme Bittencourt e Ferreira (2014), foi a progressão de vagas por universidade, entre 2007 e 2013, cujo crescimento médio foi de 89,3%, e, das 2.804 obras iniciadas nas 53 Institutos Federais, 78% foram concluídas até o ano de 2014.

Já a Política de Cotas prevê a reserva de 50% das matrículas em universidades federais e institutos federais para pessoas que cursaram o Ensino Médio em escolas públicas, assim como para pessoas autodeclaradas pretas, indígenas, pardas ou com deficiência, sendo estes os grupos menos favorecidos na sociedade brasileira. No âmbito dessa política, o objetivo é igualdade e equidade, com vistas à diminuição da discriminação e das diferenças entre determinados grupos, em razão da cor da pele, etnia ou raça do indivíduo, respeitando todos os direitos constitucionais.

O PROUNI busca expandir o acesso à Educação Superior por meio de bolsas de estudos integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, com prioridade aos estudantes da rede pública, como forma de promover maiores oportunidades educacionais e garantias ao ingresso dos estudantes de camadas populares em instituições privadas. A seleção é feita pelas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), como forma de valorizar o mérito dos estudantes com melhor desempenho acadêmico.

---

5 Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm)

6 Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm)

7 Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm)

8 Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm)

9 Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10260.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10260.htm)

O sistema UAB é integrado por universidades públicas de Ensino Superior (IPES) que oferecem cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação mediada. Segundo o Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, esse programa fomenta “o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País”, além de ser uma das formas de apoiar pesquisas em metodologias inovadoras de Educação Superior respaldadas em Tecnologias de Informação e Comunicação.

Outro programa do governo federal é o FIES, que se trata de um fundo utilizado para operacionalizar contratos de empréstimo, com o objetivo de custear os encargos educacionais de pessoas de baixa renda, uma estratégia que visa reduzir o déficit de acesso à Educação Superior, cujo acesso se dá principalmente por meio da avaliação da renda familiar *per capita*.

Conforme refere Resende (2018), em 2015, o FIES passou por mudanças, devido à alta de inadimplências, redução dos incentivos para a diplomação no tempo regular, iniciando-se outra fase do programa, gerando mudanças estruturais com o objetivo de adequar as regras às restrições fiscais vigentes e de contribuir para a sustentabilidade da política, entre elas: a taxa de juros de 6,5% ao ano (a.a.), os critérios de elegibilidade também se tornaram mais restritivos, as inscrições passaram a ser feitas em fluxo contínuo. Como resultado, houve uma redução de 61% na oferta de novos contratos de financiamento entre 2014 e 2015.

Paralelamente, diante da demanda e do monitoramento das políticas em vigência, o governo federal instituiu políticas de avaliação, como o Exame Nacional dos Estudantes (ENADE)<sup>10</sup>, a partir de 2004, e a incorporação no Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES). O SINAES se baseia em avaliações externas e autoavaliações feitas pelas instituições, as quais transitam em torno de algumas dimensões: o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações, entre outros aspectos. Esses elementos integrados formam a ótica da avaliação e regulação da Educação Superior brasileira, sendo seu objetivo

assegurar o caráter sistêmico da avaliação, da integração dos espaços, momentos e distintas etapas do processo, além da informação em torno de uma concepção global única da Instituição avaliada, caracterizando-se por tornar a avaliação como instrumento de política educacional voltada à defesa da qualidade, da participação e da ética no Ensino Superior (Brasil, 2012, p. 24).

A Educação Superior vem ganhando destaque principalmente por promover processos de inclusão social, gerando transformações pessoais, sociais e econômicas. Assim, as políticas públicas nessa área recebem *inputs* (demandas, ideias e sugestões) de vários agentes, como partidos, mídia e grupos de interesse, que influenciam os *outputs* (resultados e efeitos), o que exige planejamento, diálogo e bom senso de todos os envolvidos.

---

10 Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enade>

O enfoque na Educação Superior se dá principalmente após a promulgação do Plano Nacional de Educação<sup>11</sup> (PNE 2014-2024), no que diz respeito à meta 12, cuja previsão é ter 33% dos jovens cursando a Educação Superior até 2024, melhoria dos índices junto às avaliações no país e promoção de programas e projetos durante o determinado período de estudos. Tais metas tratam do acesso e da qualidade (no que diz respeito à titulação do corpo docente) da Educação Superior, bem como ao acesso à Pós-Graduação *Stricto Sensu*, à ampliação do número de titulados, à busca pela excelência e inovação, com características interdisciplinares para a Educação Superior. Nesse sentido, para Cruz, Luque e Protti (2012), a principal consequência está na promoção dos processos de inclusão social de maneira mais rápida, fazendo com que a sociedade se transforme, tanto na dimensão econômica como na dimensão social, pois, quando os estudantes realizam o ENADE, além de responder questões, obtém-se um panorama sobre os aspectos relativos ao seu aprendizado, à avaliação das condições de ensino e ao seu comportamento ao longo de seu curso (Martins; Ribeiro, 2017).

As políticas públicas têm como base a legislação e a implantação de programas, com vista a ações no sistema de Educação Superior, associando os princípios de flexibilidade, competitividade e avaliação (Oliveira, 2007), da mesma forma que vêm sofrendo pressões da agenda neoliberal enquanto imposição hegemônica nas últimas décadas. Então, diante de um processo induzido de ajuste e de regulação do sistema, a universidade torna-se agente ativo diante das imposições políticas, das metas, da mercantilização da sua produção acadêmica, da limitada promoção de pesquisas nas áreas de ensino a que uma instituição se dedica.

A luta é pela diminuição das desigualdades sociais, pela distribuição de recursos, pela autonomia da organização dos seus currículos enquanto oportunidade diante de diferentes estratégias para desenvolver a aprendizagem do estudante. As instituições de ensino devem ofertar serviços que encorajem a participação dos estudantes em atividades positivamente associadas à persistência, à satisfação, à aprendizagem e à conclusão do curso superior (Kuh; Hu, 2001; Kuh, 2005).

Martins e Ribeiro (2017, p. 229) referem que “as instituições de ensino que melhor envolvem seus estudantes em uma variedade de atividades relacionadas ao seu processo de aprendizagem conseguem atingir melhores níveis de qualidade do que outras em que os estudantes são menos envolvidos”. Esse envolvimento se configura como uma parceria com vista à promoção da aprendizagem de qualidade, ao envolvimento ativo e colaborativo de experiências acadêmicas.

Assim, vale agora referir aspectos do termo *engagement*, presente em vários contextos, relacionando-se à maneira como as pessoas se envolvem em atividades ou projetos, mantendo o foco de atuação e persistindo na busca dos objetivos relacionados. Na Educação Superior, o engajamento vem sendo investigado na perspectiva de identificar os fatores de permanência e de êxito na formação universitária, buscando características que denotem o envolvimento do estudante em suas experiências de aprendizagem (Kampff, 2018).

---

<sup>11</sup> Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>

Engajamento é um termo utilizado em duas diferentes perspectivas. A primeira sob o olhar dos estudantes, na qual o engajamento é representado pela quantidade e qualidade do seu esforço e envolvimento em atividades de aprendizagem, bem como seu desempenho pessoal (Kuh, 2009). A segunda está voltada à perspectiva da instituição de ensino por envolver elementos, como as políticas e as estratégias adotadas no sentido de envolver seus alunos em atividades acadêmicas, tendo como objetivo também a aprendizagem.

O engajamento está relacionado a um processo contínuo, com significativas transformações de âmbito afetivo, psicológico, cognitivo e social dos acadêmicos. Para Coates (2005), o conceito de engajamento do estudante é baseado na concepção construtivista, a qual assegura que a aprendizagem é influenciada pela forma como os estudantes participam de atividades educacionais.

O envolvimento dos estudantes na Educação Superior está relacionado, entre outros fatores, aos bons resultados nas notas, ao êxito nos estudos, à persistência em manter-se no curso, à melhoria no sucesso acadêmico e à efetividade na instituição. Assim, o desenvolvimento de políticas e práticas auxilia para que o estudante tenha maior disponibilidade para utilizar sua energia e seu envolvimento em atividades apropriadas para seu aprendizado.

As políticas públicas voltadas para a Educação Superior permitem a ampliação de possibilidades de permanência dos acadêmicos, de seu envolvimento efetivo e transformador para com diversas experiências engajadoras que compõem a sua formação pessoal e profissional. Além disso, asseguram o investimento pelas IES e seu registro por meio de seus principais documentos.

## **ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DA CPA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)**

A realização de avaliações institucionais faz parte de um trabalho contínuo que tem como objetivo analisar os processos de ensino e de aprendizagem acadêmica. Faz parte da construção de um sistema voltado para verificar a aplicação dos planos de ensino em sala de aula, o currículo, a garantia da execução do projeto pedagógico, a efetivação das políticas públicas enquanto melhoria do trabalho docente e discente e o cumprimento das ações desenvolvidas.

As políticas para a Educação Superior possuem aspectos relacionados ao engajamento, trazendo certa harmonização e versatilidade durante a trajetória acadêmica dos estudantes. Nesse sentido, as avaliações utilizadas pelas universidades permitem o alinhamento com as diretrizes, como o planejamento estratégico e institucional de cada Unidade.

Conforme exposto, busca-se a realização de um entrelaçamento entre o engajamento na Educação Superior e as políticas públicas por meio do estudo dos Relatórios da CPA da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Tais políticas são compreendidas como um processo de autoavaliação institucional, cujos relatórios buscam expor as principais ações levadas a efeito pela

comunidade acadêmica. Vale referir que os relatórios estão disponíveis para a população no portal eletrônico da Universidade, na perspectiva de subsidiar estratégias futuras para a melhoria contínua da universidade (UFRGS, 2020).

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004<sup>12</sup>, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), determina que a CPA, no âmbito das instituições de ensino, ampara a condução dos processos de avaliação internos da instituição, a sistematização e a prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), obedecendo às diretrizes específicas. Em conformidade com a Lei, a UFRGS possui uma CPA<sup>13</sup> que respeita as orientações da legislação do SINAES, com estrutura e regimento construídos e debatidos junto à comunidade acadêmica. A Secretaria de Avaliação Institucional (SAI) funciona como órgão executivo da CPA.

Assim, o Regimento da CPA, em seu Art. 1º, declara que esta Comissão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) tem por atribuição a coordenação dos processos internos de avaliação da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP.

Quanto às atribuições da CPA, o Art. 6º determina:

- a) Coordenar seus processos internos de avaliação, a serem executados pela Secretaria de Avaliação Institucional (SAI) e pelos Núcleos de Avaliações de Unidades Acadêmicas e Escolares (NAUs);
- b) Coordenar o trabalho desenvolvido pela SAI e pelos NAUs, de sistematização e prestações de contas quanto às informações solicitadas pelo INEP;
- c) Delegar à SAI a competência de execução do processo de avaliação que será desenvolvido em conjunto com os NAUs;
- d) Manter-se sistematicamente informada sobre todos os procedimentos desenvolvidos pela SAI e pelos NAUs;
- e) Estabelecer calendários de reuniões sistemáticas para acompanhar o desenvolvimento do processo avaliativo (UFRGS, 2020, p. 2).

O Regimento visa atender às exigências do SINAES. Sua aprovação foi em junho de 2009 e evidencia a autonomia das CPAs em relação aos Conselhos e demais órgãos colegiados existentes nas IES, com a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docentes, discentes e técnico-administrativos) e de representantes da sociedade civil organizada, ficando vedada a existência da maioria absoluta por parte de qualquer um dos segmentos representados. Nesse sentido, é possível realizar uma análise dos resultados de avaliação e das ações de melhoria providenciadas a partir dos resultados, de modo a consolidar uma cultura de avaliação institucional nesta Universidade, conforme explicam Baggi e Lopes (2011, p. 4):

A avaliação institucional, por participar ativamente da vida da instituição, é detentora de uma visão privilegiada da universidade e pode contribuir, sobremaneira, com os processos acadêmicos e administrativos, sendo um importante instrumento de correção de metas e objetivos.

---

12 Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm)

13 Regimento da Comissão Própria de Avaliação - CPA da UFRGS, disponível em: <http://www.ufrgs.br/cpa/pessoal/RegimentoCPA.pdf>.

A avaliação na esfera da Educação Superior busca a compreensão do conjunto, carregado de significados, e envolve alguns desafios, como exigências técnicas, éticas e políticas específicas de cada área, conforme se observa no Relatório da CPA (UFRGS, 2020). Tal relatório visa à reflexão descentralizada acerca dos diagnósticos avaliativos realizados, ações de avaliação e ações de melhoria executadas, bem como o planejamento de melhorias necessárias no decorrer do ano.

Ao longo do ano de 2020, buscou-se dar prosseguimento às ações de melhoria previstas no Relatório de Autoavaliação de 2019. Embora a chegada da pandemia da covid-19 tenha obrigado a revisão de alguns prazos previamente estabelecidos, os planos permaneceram e iniciou-se o trabalho remoto na Secretaria de Avaliação Institucional (SAI), considerando as recomendações advindas da Reitoria da UFRGS (Portarias N° 2291 e N° 2286, de 17/03/2020).

As avaliações desenvolvidas pela CPA da UFRGS seguem os cinco principais eixos, conforme exposto na tabela a seguir.

**Tabela 1** - Eixos apresentados nos Relatórios CPA da UFRGS.

Anos pesquisados	Eixos apresentados nos Relatórios CPA da UFRGS
	Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional
2018	Eixo 2: Desenvolvimento Institucional
2019	Eixo 3: Políticas Acadêmicas
2020	Eixo 4: Políticas de Gestão
	Eixo 5: Infraestrutura Física

**Fonte:** Adaptado de UFRGS (2018, 2019, 2020).

Cabe ressaltar que os eixos seguem orientações propostas pelo SINAES, porém, nesse caso, o intuito é analisar a área das políticas públicas, cujo foco da presente escrita está no *Eixo 3: Políticas Acadêmicas*, na *Dimensão 2*, referente às *Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão*. A Universidade busca articulação entre os diversos âmbitos de sua organização acadêmico-administrativa, visando desenvolver processos pedagógicos de gestão dos Cursos de Graduação de forma planejada e integrada, o que se constitui em um desafio permanente (UFRGS, 2018).

Na tabela a seguir, consta um demonstrativo das ações encontradas no Relatório da CPA referentes ao ano de 2018.

Tabela 2 - Ações encontradas no Relatório da CPA 2018.

Ano	Ações realizadas
2018	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Melhoria na assessoria prestada às Comissões de Graduação e Núcleos Docentes;</li> <li>- Participação do Pró-Reitor, da PROGRAD e do DCPGrad nas reuniões;</li> <li>- Oferecimento de ações de capacitação de Legislação e Elaboração de Planos de Ensino;</li> <li>- Ampliação de Atividades de Ensino Interdisciplinares;</li> <li>- Articulação entre os eixos de apoio à formação acadêmica discente e a formação docente no ensino superior e dos técnicos administrativos para fortalecer o ensino da graduação;</li> <li>- Intensificação do uso de ferramentas digitais para qualificar o ensino e a aprendizagem na Graduação;</li> <li>- Reorganização interna da metodologia de trabalho das equipes visando maior eficiência e produtividade.</li> <li>- Implantação do sistema de Convênio de Estágios;</li> <li>- Implantação de um sistema <i>on-line</i> de gestão da Mobilidade Acadêmica;</li> <li>- Ampliação das capacitações para servidores, docentes e técnicos, e monitores;</li> <li>- Implementação do Sistema de Acervos e Arquivos na PROGRAD;</li> <li>- Aprimoramento do sistema informatizado de expedição de diplomas;</li> <li>- Realização de reuniões de planejamento do calendário de datas acadêmicas com COMGRADs e Departamentos.</li> </ul>

Fonte: UFRGS (2018).

Conforme se observa, busca-se a integração interna entre os programas das Comissões de Graduação (COMGRAD) e a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). Nessa integração, a meta é a melhoria do cotidiano, guiada pelos eixos planejamento e comunicação, focalizando em ações como compartilhamento das informações sobre fluxos e processos; conhecimento dos procedimentos e encaminhamentos para evitar retrabalho; implementação de melhorias a partir das sugestões dos próprios servidores para fluidez das ações; reuniões de trabalho semanais/quinzenais para organização das ações previstas no calendário acadêmico, que, em determinados períodos, intensificam o cotidiano nos diferentes serviços, entre outras.

Com relação às ações, pode-se evidenciar a melhoria na assessoria prestada às Comissões de Graduação e Núcleos Docentes Estruturantes para revisão dos PPCs e nas alterações curriculares; capacitação e reuniões conjuntas entre COMGRAD, PROGRAD e as coordenações dos cursos, visitas técnicas aos cursos em situação de alteração curricular e/ou PPC. Para que as melhorias sejam concretizadas, é realizado, por meio de reuniões, o mapeamento de todo o processo de ingresso na graduação na UFRGS e as modificações que deveriam ser efetuadas para otimizá-lo, gerando um relatório de necessidades de melhoria, a realização de reuniões da COMGRADs e Departamentos para o planejamento do calendário de datas acadêmicas com estudos nas melhorias no sistema de matrícula. Além disso, a Divisão de Políticas de Graduação (DPGRAD) visa sistematizar o planejamento e o monitoramento da execução dos Programas Acadêmicos, de forma a manter e fomentar novos programas, estando em consonância com a política de ensino da UFRGS prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de 2016-2026.

A pretensão está no aperfeiçoamento das políticas institucionais de forma articulada com os sistemas de ensino, a fim de promover a formação inicial e continuada dos profissionais da Educação

Básica. Masetto (2012) entende a formação continuada como o conhecimento atual com abertura para um novo saber a ser construído, seguindo uma linha de evolução e crescimento pessoal e profissional de todos os envolvidos. Nesse sentido, a UFRGS preocupa-se em manter a continuidade das capacitações para servidores sobre processos que envolvem ingresso e matrícula, a revisão quando necessária dos editais, a melhoria no portal do aluno, bem como a promoção da sensibilização institucional junto à comunidade acadêmica (Unidades) visando ampliar a participação de servidores nas atividades que envolvem as análises dos estudantes que ingressam pela reserva de vagas (UFRGS, 2019).

A seguir, na tabela 3, consta o demonstrativo das ações encontradas no Relatório da CPA referentes ao ano de 2019.

**Tabela 3** - Ações encontradas no Relatório da CPA 2019.

Ano	Ações realizadas
2019	<ul style="list-style-type: none"><li>- Continuidade das melhorias no Portal do Candidato;</li><li>- Revisão permanente dos editais para diminuir os problemas de interpretação quanto às regras para ingresso;</li><li>- Continuidade da articulação com a Secretaria de Comunicação para veicular informações e notícias no site e redes sociais;</li><li>- Continuidade da promoção da sensibilização institucional junto à comunidade acadêmica;</li><li>- Reorganização das práticas de trabalho instituídas;</li><li>- Automatização dos pareceres de recursos;</li><li>- Melhorias nos processos de análise da documentação de ingresso;</li><li>- Melhoria na comunicação interna;</li><li>- Elaboração em andamento de um novo tutorial de matrícula para ser disponibilizado a alunos e servidores;</li><li>- Mais agilidade no processamento da matrícula;</li><li>- Fortalecimento das parcerias institucionais;</li><li>- Fortalecimento do uso das ferramentas institucionais de transmissão e compartilhamento de eventos (MCONF e YouTube);</li><li>- Fortalecimento do uso das ferramentas em softwares livres para uso em smartphones;</li><li>- Ampliar a participação em fóruns pertinentes às Licenciaturas;</li><li>- Criação e disponibilização de banco de dados para as Licenciaturas da UFRGS;</li><li>- Ampliação da formação de grupos de trabalho;</li><li>- Realização Seminário sobre Projeto Pedagógico de Formação de Professores para as Licenciaturas UFRGS;</li><li>- Ampliação da participação em editais de fomento externos e internos;</li><li>- Busca de parceria entre outros possíveis agentes institucionais, a fim de desenvolver uma ação integrada.</li></ul>

Fonte: UFRGS (2019).

Ocorre, segundo o Relatório, a revisão e a atualização dos serviços, a melhoria na comunicação interna, com o compartilhamento de informações quando necessário, a promoção de atividades de caráter interdisciplinar, a promoção de programas e projetos integrando os ambientes e setores.

A integração proporciona a aproximação entre as inovações no campo do conhecimento e da sociedade. Segundo Santos, Polydoro, Scortegagna e Linden (2013), o estudante se constrói no seu cotidiano com base nas expectativas relacionadas ao seu potencial cognitivo, na estrutura e nos demais elementos organizacionais que compõem a instituição de ensino.

Conforme mencionado no Relatório (UFRGS, 2019), busca-se maior agilidade na tramitação dos processos administrativos e possibilidade de abertura e acompanhamento de processos de forma virtual pelo aluno, o cumprimento dos prazos estabelecidos, a realização de estudos técnicos de aprimoramento no processo. A UFRGS também faz referência em seu Relatório (UFRGS, 2019, p. 193) à vinculação aos “Currículos inovadores nos aspectos pedagógicos e organizacionais”, como enfatiza o conhecimento pedagógico das potencialidades de novas inclusões de recursos e metodologias de uso internacionais a práticas curriculares.

Delors (2000, p. 123) afirma que as universidades

devem dar o exemplo inovando, com métodos que permitam atingir novos grupos de estudantes, reconhecendo as competências e os conhecimentos adquiridos fora dos sistemas formais e dando particular atenção, graças à formação de professores e de formadores de professores, a novas perspectivas de aprendizagem.

Nesse contexto, as transformações educacionais são necessárias, porém, sem o direcionamento forçado, que muitas vezes ocorre, pois as universidades públicas “lutam a todo instante entre ajustar-se às políticas de educação superior e às demandas do mercado e desenvolver um projeto político-pedagógico próprio, coerente com a construção de sua autonomia” (Oliveira, 2006, p. 18). Observa-se que a UFRGS, como inovação, faz uso de espaços digitais institucionais sincronizados para aproximar toda a comunidade acadêmica, a formação de grupos de trabalho, reuniões, eventos e mesas conjuntas para promover a integração e potencialização dos programas, a disponibilidade a partir de 2021 na emissão de diplomas de forma digital, sem necessidade de emissão e coleta de assinatura física. Além desses, promove a discussão sobre a Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), Educação Ambiental, Inclusão de Pessoas com Deficiência e Direitos Humanos nos currículos das Licenciaturas, apoiando as atividades culturais e artísticas no âmbito dos eventos realizados pelos programas e projetos nas Licenciaturas e Programas de Pós-Graduação.

O engajamento da Educação Superior envolve toda a cultura organizacional da instituição de ensino, incluindo o grau de interação entre estudantes e seus colegas, corpo docente, o nível de apoio que o ambiente da instituição oferece. Estudos desenvolvidos por Umbach e Wawrzynki (2005, p. 29) evidenciam que, “em instituições onde se cria um ambiente que enfatiza práticas educacionais eficazes, os alunos são mais participativos, mais ativos em processo de aprendizagem”. Estar engajado reflete significativamente no processo criativo, na maior probabilidade de sucesso, na indução ao protagonismo dos estudantes a identificarem com mais precisão os meios e os caminhos que lhes forem interessantes e atraentes para seus objetivos (Rigo; Moreira; Vitoria, 2018).

Percebem-se características relacionadas ao engajamento dos estudantes com a presente instituição de ensino, a influência nos resultados dos estudantes em relação à aprendizagem e persistência. Com isso, a UFRGS utiliza políticas de engajamento no sentido de envolver seus alunos em atividades acadêmicas, tendo como objetivo final também a sua aprendizagem e a certeza da efetividade dos investimentos.

Da mesma forma, as avaliações estão presentes na rotina universitária, durante todo o percurso acadêmico, relacionadas com o processo de construção do conhecimento, compreendido pelo diálogo, compartilhamento, composto de um novo mundo, com novas atitudes, perspectivas e relações na Educação Superior. Baggi e Lopes (2011, p. 12) se referem à autoavaliação das IES

como um processo permanente de reflexão sobre todas as ações institucionais, como estrutura, atividades de ensino, pesquisa, extensão, relações externas e internas, associadas às atividades administrativas, produz conteúdos necessários para orientar a gestão da direção institucional, indo além da prestação de contas ao MEC.

Considera-se, assim, a avaliação dentro de uma certa complexidade, de amplitude e caráter interdisciplinar devido à demanda de aumento da produtividade e de controle exercido pela regulação do Estado e a necessidade constante de ações visando à melhoria da qualidade institucional na Educação Superior (Polydoro, 2000).

Na tabela a seguir, consta o demonstrativo das ações encontradas no Relatório da CPA referentes ao ano de 2020 na UFRGS.

**Tabela 4 - Ações encontradas no Relatório da CPA 2020**

Ano	Ações realizadas
2020	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação da Comissão de Acompanhamento do Ensino Remoto Emergencial;</li> <li>- Ações nas áreas de estágios e monitorias;</li> <li>- Grupo de Trabalho para discutir as questões relacionadas à matrícula de calouros;</li> <li>- Consulta ao Comitê COVID sobre viabilidade de matrícula presencial;</li> <li>- O processamento da matrícula passou a ser executado em uma nova plataforma, mais ágil que a atual;</li> <li>- Disponibilização de tutorial de matrícula no Portal do Aluno;</li> <li>- A criação do Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020, que estabelece a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais;</li> <li>- Continuidade dos diálogos com as COMGRADS, NDEs e Plenário da COORLICEN, para as adaptações curriculares;</li> <li>- Continuidade à assessoria dos projetos e apoio a suas ações de formação e eventos;</li> <li>- Trabalho contínuo e conjunto da equipe da Coordenadoria junto às diferentes instâncias da Universidade e de parceiros externos;</li> <li>- Adaptações ao Projeto Pedagógico de Formação de Professores para as Licenciaturas da UFRGS;</li> <li>- Realização de Projeto Piloto para análises relativas aos egressos das Licenciaturas;</li> <li>- Assessoria nos processos de adaptações curriculares, de acordo com as novas legislações vigentes;</li> <li>- Realização de Seminários sobre os Currículos das Licenciaturas e Projeto Pedagógico de Formação de Professores para as Licenciaturas da UFRGS para aprovação do referido Projeto nas instâncias competentes;</li> <li>- Ampliar a participação em editais de fomento externo e interno voltados às Licenciaturas com o apoio do Plenário;</li> <li>- Formar grupos de trabalhos e comissões com o apoio do Plenário para tratar de demandas específicas.</li> </ul>

Fonte: UFRGS (2020).

Em virtude da demanda, houve a implementação das atividades para o processo eletrônico de forma acelerada e sem estudos prévios para repensar o fluxo de tramitação mais adequado para o meio digital, no sentido de dar continuidade aos planos de otimização dos processos de trabalho

na universidade. De acordo com Rodrigues (2019), a otimização do trabalho universitário é uma das características da transformação digital na Educação Superior, na adoção de novos recursos tecnológicos, no acesso a dados, na extração de informações para a melhoria dos cursos, dos materiais docentes e da experiência formativa em geral. Para o autor, as mudanças resultantes da digitalização nas universidades permitem conhecer melhor o perfil dos discentes nos dias atuais, identificar as potencialidades para formar e ajustar as suas ofertas formativas, definir corretamente as suas estratégias de comunicação, no fomento à docência colaborativa, visando à melhoria contínua dos cursos ofertados.

Conforme os Relatórios pesquisados nos últimos três anos, a UFRGS, por intermédio da CPA, visa abranger o maior número de instâncias da universidade, com o objetivo de atender às principais demandas de seus estudantes e corpo docente, por meio de uma metodologia baseada na transversalidade acadêmica, na contínua busca pela excelência na educação, conforme relatório no último ENADE<sup>14</sup>, o que requer organização, planejamento e dedicação. Assim, pretende manter-se como referência educacional no Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas exercidas na esfera nacional são resultantes da elaboração de programas, ações e atividades que implicam implementação, execução e avaliação, uma vez que possuem objetivos a serem alcançados. As universidades, como promotoras de pesquisa e produção científica, visam, por intermédio de políticas públicas, ao desenvolvimento da autonomia do estudante nas mais diversas possibilidades de vivências, experiências, por resultados engajadores de práticas de reflexão e atuação acadêmica nas mais diversas esferas da sociedade.

Manter os discentes engajados exige que eles tenham atitudes de pertencimento, de responsabilidade e de protagonismo na construção de seu conhecimento. Trata-se de trazer o engajamento para o olhar das políticas públicas de forma que todos se sintam acolhidos no enfrentamento dos desafios, observando as potencialidades tanto individuais como da instituição de ensino, no sentimento de pertencimento pelo conhecimento.

Após a análise dos Relatórios da CPA, é possível concluir que a UFRGS faz relação entre as políticas públicas, o engajamento e a permanência discente, pois tem como objetivos acadêmicos e pedagógicos a integração e a interação no fomento da oferta de atividades acadêmicas transversais ou interdisciplinares. É possível visualizar pelos Relatórios a flexibilização e complementação curricular, a formação diversificada de profissionais, a aplicação prática de conhecimentos, a contínua ampliação da oferta de vagas e de cursos na graduação e pós-graduação.

A consolidação da política de ações afirmativas da UFRGS, conforme consta nas avaliações da CPA, considera a inserção de novos grupos, inclusive as ações de acessibilidade, de inclusão social,

---

<sup>14</sup> Disponível em: <http://enade.inep.gov.br/enade/#!/relatorioIES>

pedagógica e laboral. Dessa forma, a universidade pesquisada busca o incentivo à adoção de novas estratégias, práticas, tecnologias e espaços de aprendizagem e de ensino, o desenvolvimento de ações para assistência, permanência e conclusão, acolhimento, compatíveis com a expansão do corpo discente da universidade.

A UFRGS desenvolve ações de incentivo à comunidade universitária para o desenvolvimento de atuações voltadas para a diversidade e a qualificação da gestão universitária, por intermédio de práticas de planejamento, da racionalização e do aperfeiçoamento de processos e sistemas. As avaliações apresentadas pelos Relatórios da UFRGS visam à melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem dos seus acadêmicos, a busca contínua de atualização de todos que estão inseridos nesse ambiente, a pesquisa científica, a excelência como instrumento ao favorecimento dos avanços e superações junto ao conhecimento.

Por meio dos Relatórios, ficam evidentes as diversas formas de compartilhamento, sugestões de trabalho, a ampliação da contextualização das diversas áreas educacionais da autoanálise, de trocas de informações e experiências, o trabalho no coletivo, de ouvir todos os atores, respondendo também às mudanças exigidas pelo mercado de trabalho.

## REFERÊNCIAS

BAGGI, C. A. dos S.; LOPES, D. A. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. *Avaliação*, v. 16, n. 2, p. 355-374, jul. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/RRGrQckrsd9CRGgKy4zkHXq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 set. 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BITTENCOURT, M. F. N.; FERREIRA, P. A. As obras na implementação de políticas públicas: o caso do Reuni. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO*, 38., Rio de Janeiro, 2014. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Anpad, 2014. p. 1-16. Disponível em: [https://arquivo.anpad.org.br/eventos.php?cod\\_evento=&cod\\_evento\\_edicao=74&cod\\_edicao\\_subsecao=1106](https://arquivo.anpad.org.br/eventos.php?cod_evento=&cod_evento_edicao=74&cod_edicao_subsecao=1106). Acesso em: 18 jun. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, 23/12/1996. Brasília, DF: Gráfica do Senado, ano CXXXIV, nº 248, 23/12/96, 27833-27841. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 15 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação (CNE). Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). **Desafios e perspectivas da Educação Superior brasileira para a próxima década (2011-2020)**. Brasília, DF: Unesco, CNE, MEC, 2012. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000218964>. Acesso em: 30 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Brasília, DF: MEC, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm). Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, DF: MEC, 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm). Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Brasília, DF: MEC, 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10260.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10260.htm). Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Brasília, DF: MEC, 2004. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm). Acesso em: 16 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, DF: MEC, 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm). Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: MEC, 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Reuni 2008**: relatório de primeiro ano. Brasília, DF: MEC, 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=-2069-reuni-relatorio-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=-2069-reuni-relatorio-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 13 nov. 2023.

COATES, H. **O valor do envolvimento dos alunos para a garantia da qualidade do ensino superior.** Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/249006438\\_The\\_value\\_of\\_student\\_engagement\\_for\\_higher\\_education\\_quality\\_assurance](https://www.researchgate.net/publication/249006438_The_value_of_student_engagement_for_higher_education_quality_assurance). Acesso em: 15 ago. 2021.

CRUZ, H. N. da; LUQUE, C. A.; PROTTI, A. T. Desafios do Financiamento das Universidades Estaduais Paulistas. **Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, Florianópolis, v. 5, n. 4, p. 1-20, Edição Especial, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2012v5n4p1>. Acesso em: 30 nov. 2023.

DELORS, J. (org.). **Educação: um tesouro a descobrir.** Relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DURLI, Z. Políticas educacionais no contexto das políticas sociais. In: HETKOWSI, T. M. (org.). **Políticas públicas e inclusão digital.** Salvador: EDUFBA, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KAMPPFF, A. J. C. Engagemnt estudantil e percursos formativos no Ensino Superior. In: ZABALZA, M.; MENTGES, M.; VITÓRIA, M. I. C. (org.). **Engagemnt na educação superior: conceitos, significados e contribuições para a universidade contemporânea.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018. p. 85-98.

KUH, G. Student engagement in the first year of college. In: **Challenging and supporting the first-year student: a handbook for improving the first year of college.** Jossey-Bass: New Jersey, 2005. p. 86-107.

KUH, G. What student affairs professionals need to know about student engagement. **Journal of College Student Development**, Maryland, USA, v. 50, n. 6, p. 683-706, 2009. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/364960>. Acesso em: 30 nov. 2023.

KUH, G.; HU, S. The effects of student faculty interaction in the 1990s. **Review of Higher Education**, v. 24, n. 3, p. 309-332, 2001. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/30127>. Acesso em: 30 nov. 2023.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, P. G. Políticas de educação superior no Brasil na primeira década do século XXI: alguns cenários e leituras. **Revista Avaliação**, Sorocaba, v. 18, n. 1, p. 85-105, mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/pyTmcW8VvGfzBSr9YRWrpFj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 nov. 2023.

MARTINS, L. M. de; RIBEIRO, J. L. D. Engajamento do estudante no ensino superior como indicador de avaliação. **Avaliação**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 223-247, mar. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/VD7hTdfYbHCZKNKxzTNfHSYk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2021.

MASETTO, M. (org.). **Inovação no ensino superior**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOREIRA, A. F. B. Currículo, cultura e formação de professores. **Educar**, Curitiba, n. 17, p. 39-52, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/3g4w8HwbP8XSHVq9qzNDXJp/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

OLIVEIRA, J. F. de. Reforma da educação superior: mudanças na gestão e metamorfose das universidades públicas. In: PEREIRA, F. M. de A.; MULLER, M. L. R. **Educação na interface relação estado/sociedade**. Cuiabá: EDUFMT/Capes, 2006. v. 1. p. 11-21.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

POLYDORO, S. A. J. **Evasão em uma instituição de ensino superior: desafios para a psicologia escolar**. 1995. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Departamento de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2000. Disponível em: <https://www.scienceopen.com/document?vid=ebaba5e8-80ef-4810-8f16-3222d17fe3f5>. Acesso em: 30 nov. 2023.

RESENDE, M. V. A. **Crédito educativo: uma análise comparada sobre focalização e sustentabilidade financeira em programas de financiamento estudantil no Brasil, Estados Unidos e Austrália**. 2018. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/sites/images/mestrado/turma3/fernanda-peixoto-souto.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2023.

RIGO, R. M.; MOREIRA, A.; VITÓRIA, M. I. C. (org.) **Promovendo o engagement estudantil na educação superior: reflexões rumo a experiências significativas e integradoras na universidade**. Porto alegre: EDIPUCRS, 2018.

RODRIGUES, A. A. B. A transformação digital no ensino superior: Obrigação? Opção? Oportunidade?. In: SILVA, da A. J. N. (org.). **Educação: agregando, incluindo e almejando oportunidades** 5. Ponta Grossa: Atena, 2019. p. 200-2008. Disponível em: [https://publicacoes.riqual.org/wp-content/uploads/2021/06/Forges\\_19\\_341\\_348.pdf](https://publicacoes.riqual.org/wp-content/uploads/2021/06/Forges_19_341_348.pdf). Acesso em: 18 nov. 2023.

SANTOS, A. A. A. dos.; POLYDORO, S. A. J.; SCORTEGAGNA, S. A.; LINDEN, M. S. S. Integração ao Ensino Superior e Satisfação Acadêmica em Universitários. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 33, n. 4, p. 780-793, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/qF9KKY4hWRSy4fg3VKrt5j-G/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 nov. 2023.

UFRGS. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório de autoavaliação institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. 14º Ciclo: 2018. Comissão Própria de Avaliação; Secretaria de Avaliação Institucional. Porto Alegre: UFRGS, 2018. Disponível em: [http://www.ufrgs.br/cpa/copy\\_of\\_publicacoes](http://www.ufrgs.br/cpa/copy_of_publicacoes). Acesso em: 25 set. 2021.

UFRGS. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório de autoavaliação institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. 15º Ciclo: 2019. Comissão Própria de Avaliação; Secretaria de Avaliação Institucional. Porto Alegre: UFRGS, 2019. Disponível em: [http://www.ufrgs.br/cpa/copy\\_of\\_publicacoes](http://www.ufrgs.br/cpa/copy_of_publicacoes). Acesso em: 25 set. 2021.

UFRGS. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório de autoavaliação institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. 16º Ciclo: 2020. Comissão Própria de Avaliação; Secretaria de Avaliação Institucional. Porto Alegre: UFRGS, 2021. Disponível em: [http://www.ufrgs.br/cpa/copy\\_of\\_publicacoes](http://www.ufrgs.br/cpa/copy_of_publicacoes). Acesso em: 12 set. 2021.

UMBACH, P.; WAWRZYNKI, M. Faculty do matter: the role of college faculty in student learning and engagement. **Research in Higher Education**, v. 46, n. 2, p. 153-184, mar. 2005. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/226752079\\_Faculty\\_Do\\_Matter\\_The\\_Role\\_of\\_College\\_Faculty\\_in\\_Student\\_Learning\\_and\\_Engagement](https://www.researchgate.net/publication/226752079_Faculty_Do_Matter_The_Role_of_College_Faculty_in_Student_Learning_and_Engagement). Acesso em: 30 nov. 2023.

ZABALZA, M. A. **Coreografias institucionales y procesos didácticos**. Múrcia: Centro de Innovación Digital Universitaria, 2017. Disponível em: <http://viajeselcorteingles.symposium.com>. Acesso em: 15 ago. 2021.

ZABALZA, M. B.; MENTGES, M.; Vitória, M. I. C. **Engagement Na Educação Superior**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2018.